

A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA SOCIEDADE DA INCERTEZA

Clavatta, Maria – UFF – mciavatta@terra.com.br

Trein, Eunice – UFF – eunicetrein@ig.com.br

GT: Trabalho e Educação / n.09

Agência Financiadora: CNPq e FAPERJ

Introdução

“No mundo atual, é sempre mais profunda a contradição entre a ampliação das possibilidades de transformação do trabalho humano de um lado e a instabilidade da ocupação, a incerteza das condições de trabalho, direitos e qualidade de vida” (Piotto, 2003). Assim o autor italiano inicia sua breve e pertinente reflexão sobre um dos países do capitalismo central que, no contexto da globalização, se aplica a muitos países capitalistas periféricos como o Brasil (Arrighi, 1997).

Com isso, queremos trazer à discussão duas questões. Primeiro, não obstante toda a convincente e fundamentada análise de Arrighi, a expressão capital central ou periférico é um conceito que explica apenas uma parte do problema que vivemos nos países da periferia do capital. Explica a distribuição de bens e de poder no mundo atual, mas é insuficiente para explicar a permanência de “padrões periféricos” no desenvolvimento desses países.

A segunda questão diz respeito à permanência desses padrões que pode ser melhor compreendida a partir da dinâmica do capitalismo nos países centrais e periféricos através do conceito de dependência. Nos termos da “teoria da dependência” a palavra parece ter sofrido um desgaste na sua capacidade de expressar a realidade angustiante dos países pobres ou crescentemente incapazes de alcançar melhores condições de vida para seus povos. No entanto, a análise das relações políticas e econômicas de países latino-americanos evidencia os termos da dependência como um lugar comum na vida dos cidadãos.

Gallino (2003 e 2006), que também escreve sobre a Itália, e Piotto (op. cit.) nos ajudam a compreender melhor a dependência a partir de alguns de seus indicadores. O conceito de capitalismo dependente, tal como é tratado por Santos (1991 e 2000) e Marini (1987 e 2000) e Fernandes (1972), é nosso ponto de partida nesta reflexão.

A incerteza do trabalho, advinda com a introdução de novas tecnologias, os novos modelos produtivos, a transformação das ocupações, a insegurança sobre as condições de vida e a formação profissional desejável neste contexto compõem a segunda parte deste artigo. Nossa base para analisar essas mudanças é a educação pensada para além do capital (Mészáros, 2005) e as concepções de educação politécnica e de formação integrada (Saviani, 1989; Ciavatta, 2005; Sacchi, 2006).

A historicidade da dependência ao capitalismo

A discussão polêmica sobre a dependência é uma necessidade dos países que foram colonizados pelos europeus e são ainda dependentes de políticas geradas segundo os interesses desses países. Mas não esqueçamos que, na atual dependência desses países do capitalismo central, globalizado, a submissão dos governantes locais tem um papel fundamental em alguns de seus efeitos devastadores.

São efeitos devastadores as condições de vida de pobreza e miséria de milhões de pessoas em todo o mundo, aos quais faltam condições de vida e de trabalho e os serviços sociais básicos (saúde, educação, segurança etc.). A renda das 10 pessoas mais ricas, segundo dados do Banco Mundial de 2002, forma um patrimônio de 220 bilhões de dólares ou seja, 22 bilhões cada um. O que se pode comparar com PIB de um país como a Tanzânia que é de 10,2 bilhões de dólares para uma população de 35 milhões de pessoas. Significa que apenas uma dessas pessoas ricas tinha um patrimônio que era o dobro do produto anual gerado por 35 milhões de pessoas (Gallino, 2006, p. XIII).

Diante dessa perspectiva imobilizadora (ou revolucionária ?), com que conceitos e com que prioridades de luta social podemos avançar no sentido de uma compreensão mais adequada dos fatos, de suas causas e conexões? Pensar a desigualdade, que realmente existe e opera em nossas vidas, como um fato consumado, sem atenuantes, é pensar a submissão a situações sociais ainda mais desastrosas. Ao mundo acadêmico cabe buscar categorias de pensamento e de ação que possam ser instrumentos de compreensão para as lutas democráticas do presente. A questão da dependência é uma dessas categorias.

Theotonio dos Santos (2000) faz uma retrospectiva histórica do conceito de dependência, mostrando a necessidade de buscar “novos rumos teóricos” já nos anos 1960.

Os teóricos liberais compreendiam o desenvolvimento como sinônimo de modernização, processo de superação do atraso das sociedades tradicionais, através da industrialização e da urbanização.

Mas fracassava-se em repetir nesses países, ex-colônias, experiências bem-sucedidas, segundo os padrões do capitalismo dos países desenvolvidos (Santos, 1991). Não é desprezível a influência do conceito de dependência na renovação do pensamento teórico sobre a América Latina. Continua o autor:

“A acumulação dessas e outras propostas metodológicas na região refletia a crescente densidade do pensamento social, que superava a simples aplicação de reflexões, metodologias ou propostas científicas importadas dos países centrais para abrir um campo teórico próprio, com metodologia própria, identidade temática e caminho para uma práxis mais realista” (p. 21 e 30-31).

O pensamento que inspirava os movimentos de libertação nacional, por outro lado, apontava a relação de dependência dos países periféricos em relação aos países centrais como responsável por uma dualidade estrutural que se expressava, na economia, por baixas taxas de acumulação interna – o que impedia uma industrialização autônoma – e uma fraca articulação das classes sociais – o que vai inviabilizar um projeto nacional soberano. No entanto, a industrialização que ocorre nos anos 1960 do século XX não vai dar razão a nenhuma das duas posições. O desenvolvimento do capital pela expansão da industrialização não se consubstanciou no desenvolvimento de países mais independentes e com maior igualdade social. Pelo contrário, só se confirmou e aprofundou a subordinação econômica e social dessas nações ao capital internacional.

No Brasil, no âmbito da teoria marxista, autores como Marini (2000) Santos (1991) Fernandes (1972) buscam compreender porque o binômio desenvolvimento / subdesenvolvimento não explica o processo em que se encontram os países alvos da expansão imperialista do capital. Para os autores citados não é possível compreender essas sociedades como atrasadas em relação aos países capitalistas centrais e nem é possível reduzir o desenvolvimento desigual a uma de suas variáveis - o intercâmbio desigual. Para eles o que se estabelece entre as nações a partir da expansão do capitalismo é uma relação de dependência que explicita a face concreta que o imperialismo assume nas sociedades dependentes latino-americanas. Seus impactos sociais e econômicos devem ser analisados neste marco conceitual. Santos (1991) destaca como elementos essenciais do conceito de dependência:

(i) “em primeiro lugar, as estruturas do capitalismo em nível internacional e a forma particular que adquiriram na fase imperialista, mediante os fenômenos de monopolização e de internacionalização do capital, de luta pelo controle das matérias primas, de hegemonia do capital financeiro etc.”;

(ii) “segundo, as relações que se estabelecem entre os países que são objeto da expansão do capitalismo e esta economia internacional mediatizada pelas relações econômicas internacionais, isto é, o comércio exterior, os movimentos internacionais de capitais, a transferência de tecnologia, os empréstimos, a ajuda etc.”;

(iii) “terceiro, as estruturas internas dos países objeto da expansão que expressam o encontro dialético dos elementos específicos internos de nossas economias ‘subdesenvolvidas’ com as relações econômicas internacionais e a estrutura econômica internacional. (p. 47).”

Florestan Fernandes (1972) em sua obra “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” elucida como o capitalismo dependente constitui-se enquanto sociedade de classes numa formação histórico-social que se caracteriza pela sobre-apropriação do excedente econômico e pela superexploração do trabalho. Para o autor as sociedades latino-americanas estruturam-se internamente de forma que, embora absorvam as transformações do capitalismo, isto não implica em desenvolver a integração nacional e alcançar a realização de um projeto nacional autônomo. Por outro lado, a dominação externa também estimula um processo de modernização e de desenvolvimento das forças produtivas que alimentam a ilusão desenvolvimentista mas que, em realidade, reforçam a dependência e consolidam o imperialismo ao invés de superá-lo. O autor expressa o atual momento histórico como o do “imperialismo total” e destaca seus traços mais marcantes:

“(...) ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. Segundo, esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas. (Fernandes, 1972 p. 18).”

Assim, para ele, enquanto sociedades dependentes, estamos confrontados com o desafio, não apenas ou principalmente, de produzir riquezas, mas de retê-las e de distribuí-las. Para além da análise econômica, Fernandes (op. cit.) incorpora uma aguda análise do papel da burguesia latino-americana e da brasileira, em particular, mostrando como os

interesses econômicos e políticos foram decisivos na constituição de um pacto político com a oligarquia agrária, contra os interesses da classe trabalhadora, inviabilizando assim um projeto democrático de sociedade.

Ainda hoje, o pensamento de Rui Mauro Marini (1987 e 2000) nos ajuda a pensar a natureza da dependência e suas implicações. O incremento da indústria no século XIX, nos países centrais, se fez às custas do fornecimento de produtos de subsistência de origem agro-pecuária e da massa de matérias primas proporcionadas, em grande parte, pelos países latino-americanos. Ao mesmo tempo, há uma elevação da produtividade dos trabalhadores dos países centrais, enquanto as funções que a América Latina cumpre na economia mundial transcendem a mera resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação dos países industriais.

“Mais do que facilitar ao crescimento quantitativo desses países, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação da economia industrial se desloque da produção da mais-valia absoluta à produção da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador”.

No entanto, nos países latino-americanos, essa mudança qualitativa dos países centrais “se dará, fundamentalmente, com base a uma maior exploração do trabalhador”. Nisto consiste, para o autor, o caráter contraditório da nossa dependência (Marini, 1987, p. 21-23).

Para fazer frente aos processos internos de reprodução do capital internacional e de seus aliados nas sociedades dependentes, a organização da classe trabalhadora, esbarra na superexploração do trabalho. Para Marini três fatores expressam esta particularidade das sociedades dependentes, “(...) a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força-de-trabalho” (Marini, 2000 p. 125).

A partir dos anos 1990 com a ampliação da mundialização do capital e as transformações no mundo do trabalho – materializadas na precarização das relações de produção, na desagregação dos sindicatos, no desemprego e na fome – fica cada vez mais evidente a impossibilidade de mantermos uma perspectiva desenvolvimentista.

O desenvolvimento das forças produtivas que se expande por todo o planeta não se expressa nem na possibilidade da industrialização plena, nem no desenvolvimento

científico e tecnológico que aponte para a superação da divisão internacional do trabalho. Neste início do século XXI, quando cresce a concentração de capital e renda, a desigualdade social, a super-exploração do trabalho, a desqualificação relativa e absoluta da força de trabalho é preciso que se definam com clareza quais os reais interesses das classes trabalhadora e como atuar para torná-los realidade. Diante do quadro avassalador do processo de mundialização do capital a utopia se impõe. Para Marini (2000) “a constituição progressiva de um verdadeiro proletariado internacional, que é a contrapartida necessária da globalização capitalista, permitirá recolocar em novas bases a luta dos povos por formas de organização social superiores (p.295).”

Na materialidade concreta da realidade brasileira, dependente e associada ao capitalismo dos países centrais, o trabalho, a transformação das ocupações e a incerteza sobre as condições de trabalho nos desafiam enquanto educadores a refletir sobre a formação humana desejável para que os trabalhadores possam enfrentar as lutas cotidianas sem separá-las da totalidade histórica de que são sujeitos.

Indicadores da dependência

A década de 1990 representa, na história recente, o tempo por excelência da implantação das políticas neoliberais, com forte acento político conservador e direitista nos países centrais e nos países dependentes, em graus e formas diferenciadas, de acordo com a correlação de forças políticas e sociais que lograram implementar ou resistir ao ideário da “modernização conservadora”.

No Brasil,¹ Cardoso construiu um governo de centro-direita e, sob a ortodoxia monetarista e do ajuste fiscal, no contexto da rígida doutrina dos organismos internacionais, efetivou as reformas que alteraram profundamente a estrutura do Estado brasileiro para “tornar o Brasil seguro para o capital”. Este ajustamento deve dar-se não mediante políticas protecionistas, intervencionistas ou estatais, mas de acordo com as leis do mercado globalizado, mundial, política que se mantém no governo Lula. O ajuste traduz-se em três estratégias articuladas e complementares: desregulamentação, descentralização/autonomia e privatização.

¹ Para o desenvolvimento destas idéias ver Frigotto e Ciavatta, 2005.

Dentro do atual estágio das nações da União Européia, o capitalismo é o único modo de produção admitido no imaginário e na organização política e econômica que as rege. É um processo complexo de intrincada rede de relações sociais consolidadas em instituições democráticas, direitos sociais a risco, mas ainda preservados. Não se trata de um capitalismo “domado”. Ao contrário, as pressões econômicas são crescentes sobre as margens estreitas dos salários dos trabalhadores, dentro do custo de vida local. Elas se expressam também na “flexibilização” introduzida na década de 1990, que se manifesta na nova organização do trabalho nas empresas e nas diversas formas de trabalho precário, sem vínculos estáveis.

Os países latino-americanos necessitam de uma ideologia política alternativa à exploração capitalista a que os trabalhadores estão expostos em países dependentes do núcleo orgânico do capital. O tema tem uma vasta elaboração crítica na América Latina, dados os efeitos desastrosos para as economias locais mas, principalmente, pela queda do padrão de vida da grande massa de trabalhadores. Examinando a economia mundializada, a tecnologia e as relações de trabalho, Chesnais (1996) mostra que os grupos industriais, os manufatureiros, os de atividades de serviços, assim como o capital financeiro internacional, têm se aproveitado das políticas de desregulamentação, de privatização, de liberalização do comércio.

O acesso a uma literatura crítica desse processo, permite-nos extrair daí alguns elementos de análise que se aplicam às políticas neoliberais em curso no Brasil nos últimos dez anos. Luciano Gallino (2003) trata da produção e do trabalho no contexto da globalização e nos permite formular alguns indicadores da dependência. “No século XXI, assim como nos séculos anteriores, um país que não possua uma grande indústria manufatureira, indústria no sentido estrito, arrisca-se a se tornar uma espécie de colônia, subordinada às exigências econômicas, sociais e políticas de outros países que possuem tal indústria” (p.3).

Isso vale tanto mais para as indústrias de ponta para a economia do terceiro milênio, como é a informática, a eletromecânica, a química, a indústria automotriz e a aeronáutica civil. O autor admite que os países que operam empresas estrangeiras sejam capazes de assegurar à sua população ocupação e renda. Mas todas as decisões sobre o nível de ocupações, condições de trabalho, salários, o que se produz e como vai ser produzido, quais

os preços dos produtos que estruturam a vida das pessoas, serão tomadas fora do país. Além de que todos os custos econômicos sociais e humanos devem recair sobre o país que hospeda tais empresas.

Para alguns países poderia ser uma solução aceitável, pelo menos por um certo tempo. “Mas, para a Itália, que já foi um dos primeiros países industriais do mundo, trata-se de uma queda arruinadora” (p. 1-2). É possível extrair de suas reflexões alguns indicadores de como se chega a essa situação de dependência.

(i) Tem sido conduzida pelos governos uma complexa operação econômica e ideológica que envolve empresários, administradores de alto escalão, executivos, políticos, lado a lado com conselheiros econômicos e critérios emanados dos organismos internacionais, ajustados às diferentes conjunturas, logrando notável eficácia para os fins propostos.

Um primeiro critério é a privatização de empresas estatais, indiscriminadamente, sejam as de grande porte, de alta tecnologia e de expressão internacional, seja um pequeno hotel para funcionários do Estado etc. que, ao contrário das primeiras, é insignificante para a economia nacional.

Um segundo critério é privilegiar as operações de privatização com a participação de recursos estatais e garantia de retorno dos capitais privados aplicados. No caso da privatização de empresas de serviços públicos (luz, água, telefone), os contratos de compra prevêem reajustes das tarifas dos serviços privatizados com índices acima dos que compensariam o investimento, com resultados que penalizam os consumidores locais.

A este critério é preciso acrescentar que os especialistas sustentam que, na economia globalizada, a sede geográfica é considerada uma variável indiferente (op. cit., p.6). Neste aspecto, divergimos dos economistas e *managers* mencionados. Consideramos que, do ponto de vista do trabalho e das ocupações, o local geográfico não é indiferente, porque está introduzindo diferenças substantivas na competitividade dos produtos pelo uso de mão-de-obra mais barata e/ou desregulamentada nos países periféricos. De outra parte, os trabalhadores dos países desenvolvidos vêm reduzir-se seus postos de trabalho pela transferência das fábricas para os países periféricos.

(ii) Outro indicador de como se gera o processo da dependência está na venda de uma empresa, principalmente, as de alta tecnologia, para outra empresa de grupos

estrangeiros, frequentemente, a preços reduzidos. Ou vender uma empresa em partes separadas para diversos compradores.

Gallino (op. cit.) dá o exemplo da empresa sul-coreana Daewoo Motor que foi desmantelada aos poucos na medida em que a General Motors comprou seis sobre dezesseis estabelecimentos. Mas a empresa não comprou a maior unidade que tinha 6000 operários, considerada obsoleta, assim como outros doze estabelecimentos em diferentes países. E, progressivamente, foi fechando os estabelecimentos.

Um aspecto pouco tratado mas que situa-se como fator de dependência para nossos países é a perda da “memória cognitiva” da empresa que é negociada com o capital internacional. Diz Gallino (op. cit.): “Uma organização produtiva é um sistema cognitivo distribuído, tanto mais complexo quanto mais tenha sua atividade voltada para a aplicação industrial de tecnologias avançadas(...) O valor de uma organização como sistema cognitivo não tem como enfrentar a contingência de sua capitalização na bolsa, mas tem muito a ver com seu valor de longo prazo, com os efeitos positivos que induz nas pessoas, na economia e na vida social” (p.75).

(iii) Outro aspecto comparável, em função da economia globalizada subsumindo as economias locais, é o privilegiamento da economia financeira em detrimento das atividades produtivas que seriam “apenas um apêndice incômodo das finanças porque obriga a trabalhar mais e ganhar menos”(Gallino, op. cit., p. 7).

Essa questão é correlata ao fato de se exigir alta produtividade da força de trabalho sem investir em formação e pesquisa. No Brasil, devemos considerar alguns aspectos indicadores desse processo.

Primeiro, de acordo com a análise da dependência que apresentamos anteriormente, nos países periféricos ao capitalismo central, os investimentos não se dirigiram a aumentar a capacidade produtiva dos trabalhadores pela formação, mas pela superexploração do trabalho (Marini, 1987 e 2000).

Segundo, a reestruturação produtiva pela introdução de novas tecnologias e das nova organização do trabalho e, conseqüentemente, o crescimento do número de subempregados e desempregados nos anos 1990 teve como contrapartida governamental, um programa seletivo de formação dos trabalhadores – o PLANFOR (Plano Nacional de Formação Profissional, atual Plano Nacional de Qualificação).

Terceiro, há uma compreensão equivocada ou tendenciosa em relação à transferência de tecnologias. Segundo o ex-ministro Paulo Renato de Souza, com a globalização, o acesso ao conhecimento ficaria facilitado, e a associação com empresas multinacionais proveria as empresas dos países como o Brasil, da tecnologia de que necessitam.² Nesta fala, o Ministro sinalizou o que viria a acontecer nos oito anos do governo Cardoso, a abertura da economia ao mercado, a crise da universidade pública e da pesquisa.

O trabalho e educação na sociedade da incerteza

A incerteza, além de ser um tema existencial e filosófico, tem sido objeto da também da sociologia do trabalho nas últimas décadas.³ A sociedade da incerteza gerou-se pela incerteza do trabalho, advinda com a introdução de novas tecnologias, a nova organização do trabalho, os novos modelos produtivos que passam a prescindir de grande parte do tempo de trabalho humano direto e, conseqüentemente, de parte dos trabalhadores. Nosso objetivo final nesta sessão é reunir subsídios sobre o trabalho na atualidade para refletir sobre a formação profissional que possa ser a mais adequada aos trabalhadores.

Antes de refletirmos sobre o significado da formação profissional na atualidade, é preciso que nos detenhamos brevemente na questão do trabalho. Gallino (2006) introduz o tema falando da “degradação em curso nas relações de trabalho e na irresponsabilidade da globalização” (p. VII).. É preciso lembrar que ele fala de uma sociedade rica como a italiana e nós falamos de um país dependente das políticas hegemônicas do grande capital que alimenta os países ricos.

Há cerca de dez anos atrás, a Europa vivia a perspectiva dos novos modelos produtivos, a exemplo dos ensaios do livro organizado por um intelectual italiano de esquerda, Francisco Garibaldi (1994). No início do século XXI, outros intelectuais, também de esquerda, se detinham a analisar um fenômeno em crescimento, o “trabalho atípico” (Altieri e Carrieri, 2000). Hoje, o tema em foco é o “trabalho flexível” comumente chamado de “trabalho precário”, com contratos por tempo determinado, que não inclui uma

² *Revista Exame*, vol. 30, n. 15, p. 4, de 17 de julho de 1996.

³ No Brasil, os antecedentes dessa discussão fundamental para se pensar sobre a formação profissional, estão no final dos anos 1980 e o tema da perda da centralidade do trabalho apresentado por Claus Offe (1989).

situação ainda mais grave, “*il lavoro in nero*” que é o trabalho sem vínculo empregatício e sem proteção social (Gallino, 2006).

Segundo Altieri e Carrieri: “Enquanto o crescimento do trabalho autônomo é sempre uma falsa notícia que pode tornar-se fonte de autoengano (a menos que se redefinam as categorias utilizadas nas estatísticas sociais), o crescimento deve ser entendido como o do trabalho autônomo “de segunda geração”, isto é aquele cuja autonomia não se apóia sobre a base da propriedade ou do patrimônio, como era a tradição dos comerciantes, dos artesãos, dos camponeses e, de modo mais geral, dos empresários e do trabalho por conta própria. Na verdade, cresce uma *forma específica* de trabalho autônomo, enquanto diminui o trabalho, classicamente, autônomo, isto é, independente, não subordinado” (p. 14, grifo dos autores).

Gallino (2006) considera que todas os contratos de trabalho por tempo indeterminado, chamado de “trabalho flexível” são “ocupações instáveis ou descontínuas ou precárias”. O autor estima que na maior parte das regiões italianas, dois terços, em média daqueles que procuram trabalho em uma empresa ou na administração pública somente conseguem trabalhos de duração breve, de alguns dias ou de alguns meses. São muitas as formas e nomes desses contratos: estágio, contrato de formação e trabalho, associação em co-participação; trabalho por chamada (*lavoro a chiamata*); bolsa de estudo (pós-graduação, pré e pós-doutorado); trabalho provisório (*lavoro interinale*) ou em sistema de subadministração (duas formas de “aluguel de trabalho”); serviço ocasional e estágio formativo; colaboração continuada e trabalho por projeto; trabalho por tempo determinado e aprendizado; consultoria e encargos anuais nas escolas; atividades de pesquisa ou cargos de confiança nas instituições de nível superior (p. VIII-IX). Nas escolas, há os professores suplentes ou eventuais na falta de um professor e os que se autodenominam “precários” com contratos de um ou dois anos.

No Brasil, há duas décadas, pelo menos, trabalhamos com a categoria “trabalho informal” que, como outras sutilezas ideológicas, não expressa toda a gravidade do problema que inclui, otimisticamente, ao menos 50% da população economicamente ativa. O “trabalho informal” inclui o trabalho autônomo do profissional liberal, do micro-empresário e do vendedor ambulante. A diferença básica entre eles está no nível de escolaridade (que pode ser superior, médio ou fundamental ou semi-analfabeto), no estrato

social de onde provêm e na proteção social de que usufruem: para os do primeiro nível estão previstos a inscrição de acordo com a lei e o pagamento de impostos. Possivelmente também para os do segundo nível. No último deles, pode-se ter uma licença municipal de venda ou ser absolutamente ilegal na atividade. Para os dois primeiros, se puderem pagar, a proteção social se expressa na contribuição regular a um serviço privado de saúde e de aposentadoria. Aos últimos, nada é garantido, salvo, com sorte, o atendimento em uma emergência hospitalar.

Quaisquer que sejam os projetos de educação e de educação profissional para a população brasileira, eles terão por contexto não apenas o trabalho incerto, mas a incerteza de usufruir dos bens que o contrato de trabalho “por tempo indeterminado” ou “de carteira assinada” antes proporcionava, principalmente aos jovens: a independência e/ou a realização de um projeto de vida, a constituição de uma família, ter filhos, realizar o “sonho da casa própria” etc..

Como deve ser a educação básica e que tipo de educação profissional devemos oferecer aos milhões de jovens brasileiros em busca de um futuro ? Qual a lógica que deve presidi-la? Uma é a lógica do mercado que já não existe enquanto livre compra e venda de força de trabalho, mas como um conjunto complexo de forças materiais e imateriais que submetem os que buscam trabalho às leis da super-exploração do trabalho, particularmente nos países dependentes do capitalismo central. Outra é a lógica da educação que tem como fim a formação do ser humano, em todos os seus aspectos, físicos, morais, afetivos, intelectuais, estéticos. O extraordinário desenvolvimento científico-tecnológico abriu inúmeras possibilidades de aprendizagem para os trabalhadores. Mas esta não pode se limitar à operação de aparelhos, mesmo os mais sofisticados (Ciavatta, 2006).

Mészáros (2005), em seu belo ensaio sobre a educação para além do capital, defende que

“a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político que pensa, que age e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico” (Jinkings, 2005, p. 12).

Este é sentido político-pedagógico da educação politécnica (entre outros, Saviani, 1989; Frigotto, 1988), que tem uma origem remota na educação socialista que pretendia ser

omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica.

A origem recente, no Brasil, está na idéia de integração entre a formação geral e a educação profissional, na busca da superação do tradicional dualismo da sociedade e da educação brasileira e nas lutas pela democracia e em defesa da escola pública, particularmente, a educação politécnica, no primeiro projeto de LDB. Seu ideário retorna com o Decreto n. 5.154/2004, pela possibilidade que abre da formação integrada do ensino médio com a educação profissional, técnica e tecnológica.

Na atualidade, os percursos de formação integrada (*percorsi di formazione integrata*), entre a educação regular (*scuola d'obbligo*) e a formação profissional no ensino médio, é uma iniciativa regional na Itália, de oposição à reforma educacional do governo de centro-direita (derrotado nas últimas eleições de abril de 2006). Um dos professores pesquisadores envolvidos no projeto assim o explica:

“A metodologia que guiou esta experiência teve como referência contínua a pessoa humana, por isso, cada segmento do planejamento foi dedicado à formação integral. É assim que cremos que se chegue a preencher de sentido e potencializar o crescimento cultural e profissional de nossos jovens. Partimos da convicção de que, no campo educacional, existe a necessidade de dispor sempre de uma pluralidade de métodos e, na perspectiva da integração, há a necessidade de integrar mais instrumentos de trabalho. (...) Escola e formação profissional devem superar o auto-referenciamento. Com o risco de exclusão e de hierarquização entre os sistemas; não basta uma justaposição entre os dois subsistemas, é necessário que se busque, conjuntamente, formas de melhorar a aprendizagem e de tornar mais eficaz a atuação didática” (Sacchi, 2006, p. 9 e 15).

No Brasil, desde meados da década de 1990, o Programa Integrar (CNM/CUT) colocava como questão fundamental “a formação política, cultural e profissional dos trabalhadores” (Molina, 2001), na busca de superar tanto a educação meramente acadêmica, quanto a formação pragmática, apenas com finalidades operacionais.

Considerações finais

Nos países dos centros hegemônicos do capital, como os países europeus, a vitória das forças progressistas sobre o nazi-fascismo e a injeção de vultosos recursos para a reconstrução desses países propiciaram a conquista de direitos trabalhistas e o Estado de Bem-estar. Alcançou-se um padrão de vida e de igualdade política e social que a Europa jamais havia alcançado. O pensamento histórico-crítico produzido pelos partidos e

intelectuais de esquerda alimentaram o fortalecimento das instituições democráticas de países como a Itália. A tradição artesanal secular e ao profissionalismo ainda hoje cultivado, somou-se a escolaridade elementar e média obrigatória para toda a população, elevando o nível cultural e profissional dos trabalhadores, facilitando sua inserção política na vida do país.

Nos países colonizados, como os da América Latina, permanecem padrões insuficientes de desenvolvimento econômico que geram a pobreza das populações. Esses padrões somente podem ser melhor compreendidos a partir da dinâmica do capitalismo nos países centrais e periféricos, através do conceito de dependência. É a análise das relações políticas e econômicas de países latino-americanos que evidencia os termos da dependência consentida aos interesses políticos e econômicos dos países ricos.

Como nos países dependentes, as políticas neoliberais de recorte privatizante, o desemprego, a flexibilização / desregulamentação das relações de trabalho trouxeram novos problemas e novos desafios também aos países do norte. As transformações do mundo do trabalho e da economia globalizada nas últimas décadas gerou a sociedade da incerteza quanto aos meios e aos projetos de vida. O empobrecimento generalizado de todos os povos não pertencentes ao restrito velho mundo europeu trouxe milhares de migrantes aos países da União Europeia e sérios problemas de ordem ético-política e distributiva na oferta dos serviços básicos (saúde, educação, habitação).

No ensino médio, a idéia dos “percursos de formação integrada” entre a educação geral e a formação profissional, na Região Emilia-Romagna, na Itália, é expressão do setor politicamente mais avançado do país e tem um duplo significado local. Primeiro, reafirmar o pensamento progressista que reitera novas formas de equalização social por novos caminhos e em diferente conjunturas, no sentido de uma educação de melhor qualidade. Segundo, enfrentar o desestímulo e o abandono escolar precoce, presentes entre os jovens estudantes italianos e, principalmente, entre os filhos de imigrantes com sérias dificuldades culturais e lingüísticas.

No Brasil, algumas experiências e lutas políticas na conquista da democracia trouxeram à discussão, primeiro, a educação politécnica que deve formar o ser humano na sua integralidade, preparando para o trabalho, conhecendo as ciências e tecnologias e os fundamentos histórico-sociais do conhecimento e do trabalho. Segundo, através da

aprovação do Decreto n. 5.154/2004, a formação integrada entre o ensino médio e a educação profissional, técnica e tecnológica, além da experiência do Programa de Educação Integrar de organizações sindicais.

Feitas as devidas leituras do ponto de vista das necessidades dos países latino-americanos, a formação integrada situa-se no contexto do pensamento histórico-crítico que deve alimentar as lutas pela transformação sócio-econômica e uma educação que supere o dualismo escolar e se oriente para além do capital.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Giovanna e CARRIERI, Mimmo. *Il popolo del 10%. Il boom del lavoro atípico*. Roma: Donzelli Editore, 2000.

ARRIGHI, Giovanni, (1997). 2ª. ed. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.

CHESNAIS, F. *A mundialização do Capital*. São Paulo, Scrita, 1996.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 21-56.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: RJ Zahar Editores, 1972.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 21-56.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria, Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação e Sociedade*, CEDES, Campinas, v. 24, no. 82, set. – dez. 2005, p.93-132.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Formação profissional no 2º. Grau: em busca do horizonte da 'educação' politécnica*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 1988 (folheto).

GALLINO, Luciano. *Italia in frantum*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2006.

GALLINO, Luciano. *La scomparsa dell'Italia industriale*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2003.

GARIBALDO, Francesco (a cura di). *Il lavoro tra memoria e futuro*. Nuovi modelli per l'Europa. Roma: Ediesse, 1994.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- MARINI, Rui M. *Dialética da Dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes / Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARINI, Rui M. *Dialéctica de la dependencia*. 9ª. ed. México: Ediciones Era, 1987.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MOLINA, Helder. A educação brasileira e os movimentos sociais: uma experiência sindical de jovens e adultos trabalhadores – Programa Integrar da CUT. Desafiando a contradição. Niterói: UFF, junho/2001 (mimeo).
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PIOTTO, Igor. Le trasformazioni del lavoro e la società dell'incerteza. In: *LAVORARI stanca*. Cambiamento, conflitto e dignità del lavoro. Roma: Nuova Iniziativa Editoriale, 2003.
- SACCHI, Giancarlo (a cura di). *Istruzione e formazione: l'integrazione possibili*. La progettazione dei percorsi formativi integrati nelle Province di Forli-Cesena e Rimini. Milano: Francoangeli, 2006.
- SANTOS, Theotonio dos. *A teoria da dependência*. Balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, Theotonio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politecnicidade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV, 1989.